

2015

INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Imobiliária Construtora Grão Pará, SA

(Informação financeira não sujeita a auditoria ou revisão limitada, nos termos do nº 3 do artº 8º do Código dos Valores Mobiliários)

- Relatório do Conselho de Administração
- Declaração dos responsáveis sobre conformidade da informação financeira apresentada – Conselho de Administração
- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Declaração dos responsáveis sobre conformidade da informação financeira apresentada – Conselho Fiscal
- Lista dos titulares de participações qualificadas/Anexo (Artigos 447º e 448º do CSC)

Sociedade Aberta
Rua Misericórdia, 12 a 20, Piso 5, Esc. 19 – 1200-273 Lisboa

Capital Social: 12.500.000 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
Pessoa Colectiva nº 500.136.971

Nos termos legais e estatutários, vimos, pelo presente proceder à apresentação da informação individual semestral respeitante ao 1º semestre de 2015.

SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS

O modelo económico escolhido para o País, aponta como motor do crescimento económico o aumento da competitividade dos sectores dos bens transaccionáveis. Pretende-se, deste modo, reequilibrar as contas externas, de modo a garantir o serviço da dívida pública e privada e relançar a economia. O modelo relega o sector da construção e obras públicas, nos anos mais próximos para um papel marginal. Estimula a poupança em detrimento do consumo. Nada há a apontar à teoria económica subjacente a esta política. Só que, na prática, a receita em curso deveria atender à fragilidade estrutural do sector empresarial privado e não foi o que os portugueses sufragaram nas últimas eleições.

Aproximam-se as eleições legislativas a terem lugar em Outubro. As alternativas possíveis para a governação não serão muito diferentes, dentro dos previsíveis resultados.

O nosso sector está, como o temos relatado em relatórios precedentes, destinado a continuar numa situação de excesso de oferta e fraca demanda.

Assim, como também já unanimemente sufragado em assembleias gerais da nossa sociedade, continuámos a reduzir custos fixos para nos adaptarmos a essa contingência.

A continuidade da nossa sociedade, que em Novembro irá completar 55 anos, está vinculada à confirmação da sentença que desde 2011 ganhámos ao Estado na acção de enriquecimento sem causa, bem como da acção interposta em 2006 contra a ANAM e o Governo Regional da Madeira, para obter não só a expropriação dos terrenos urbanos sobranes após a ampliação do aeroporto do Funchal, de propriedade da nossa associada Matur, como também indemnização pela mora, de dez anos, na constituição da servidão aeronáutica.

Lisboa, 30 de Agosto de 2015

A Administração

Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro

Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro

Sr. Orlando Morazzo

Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- a) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- b) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Abel Saturnino da Silva de Moura Pinheiro
(Presidente do Conselho de Administração)

Francisco Caetano de Moura Pinheiro
(Administrador)

Orlando Morazzo
(Administrador)

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO 2015

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	30 Junho 2015	30 Junho 2014
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	7	-	180.758
Inventários	10	4.843.456	4.946.280
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	44.747.844	44.940.304
Participações financeiras - outros métodos	8	1.863	1.863
Outros activos financeiros	9	5.806	5.806
Outras contas a receber	11	9.303.203	9.528.337
Total do activo não corrente		58.902.172	59.603.349
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários	10	-	6.066
Cientes	11	30.322	51.565
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	16	12.219	18.511
Outras contas a receber	11	29.326	26.453
Diferimentos	12	203	291
Caixa e depósitos bancários	5	250.705	1.716
Total do activo corrente		322.774	104.601
Total do activo		59.224.946	59.707.950
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	13	12.500.000	12.500.000
Acções (quotas) próprias	13	(1.976)	(1.976)
Prémios de emissão	13	4.888.219	4.888.219
Reservas legais	13	479.122	479.122
Outras reservas	13	3.315.596	3.315.596
Resultados transitados	13	(47.613.882)	(46.688.494)
Ajustamentos em activos financeiros	13	42.810.342	42.169.735
Excedentes de revalorização	13	-	-
Outras variações no capital próprio		-	-
		16.377.422	16.662.202
Resultado líquido do período		(123.624)	406
Total do capital próprio		16.253.798	16.662.607
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	14	1.500.000	1.818.182
Outras contas a pagar	15	39.891.696	39.832.070
Total do passivo não corrente		41.391.696	41.650.252
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores		91.460	81.686
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	16	2.369	114.801
Accionistas / sócios		31.708	31.708
Financiamentos obtidos	14	581.467	293.848
Outras contas a pagar	15	872.448	873.048
Diferimentos		-	-
Total do passivo corrente		1.579.452	1.395.091
Total do passivo		42.971.148	43.045.343
Total do capital próprio e do passivo		59.224.946	59.707.950

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2015

Lisboa, 25 de Agosto de 2015

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - Nº 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 de Junho 2015	30 de Junho 2014	2º Trimestre 2015	2º Trimestre 2014
Vendas e serviços prestados	17	-	186.345	-	181.890
Subsídios à exploração					
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8				
Variação nos inventários da produção	10	-	(2.146)	-	(2.146)
Trabalhos para a própria entidade					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-	(7.596)	-	(7.596)
Fornecimentos e serviços externos	18	(20.683)	(68.291)	(11.680)	(30.348)
Gastos com o pessoal	19	(16.288)	(372.265)	(6.974)	(126.411)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)					
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11				
Provisões (aumentos / reduções)					
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)					
Aumentos / reduções de justo valor					
Outros rendimentos e ganhos	20	1.872	360.962	-	352.618
Outros gastos e perdas	21	(24.658)	(30.786)	(5.765)	(22.858)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(59.757)	66.224	(24.419)	345.148
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-	-	-	-
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(59.757)	66.224	(24.419)	345.148
Juros e rendimentos similares obtidos	22	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	22	(63.866)	(65.818)	(59.099)	(51.296)
Resultado antes de impostos		(123.624)	406	(83.519)	293.853
Imposto sobre o rendimento do período	6				
Resultado líquido do período		(123.624)	406	(83.519)	293.853
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período					
Resultado por ação básico					

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 30 de Junho de 2015

Lisboa, 25 de Agosto de 2015

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - Nº 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 30 DE JUNHO 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Em. de Acções	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Act. Financ.	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º Semestre de 2014								
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-43.518.793	42.169.735	-3.169.701	16.662.202
Aplicação do Resultado de 2013					-3.169.701		3.169.701	0
Resultado Líquido							406	406
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								0
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2014	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-46.688.494	42.169.735	406	16.662.607
Movimentos do 1º Semestre de 2015								
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-46.688.494	42.810.342	-925.388	16.377.422
Aplicação do Resultado de 2014					-925.388		925.388	0
Resultado Líquido							-123.624	-123.624
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2015	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-47.613.882	42.810.342	-123.624	16.253.798

Lisboa, 25 de Agosto de 2015

O Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - Nº 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

IMOBILIÁRIA CONSTRUTORA GRÃO-PARÁ, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

	30-06-2015	30-06-2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes		5.338
Pagamentos a fornecedores		(23.770)
Pagamentos ao pessoal		(15.906)
Caixa gerada pelas operações	-	(34.337)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos / pagamentos	269.436	137.149
Fluxos das actividades operacionais [1]	269.436	102.812
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Activos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros activos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	-	-
Dividendos	-	-
Fluxos das actividades de investimento [2]	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(14.316)	(48.205)
Juros e gastos similares	(5.322)	(61.790)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	(19.637)	(109.995)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(19.637)	(109.995)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	249.798	(7.183)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	907	8.899
Caixa e seus equivalentes no fim do período	250.705	1.716

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 30 de Junho de 2015

Lisboa, 25 de Agosto de 2015

Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade - N.º 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício findo em 30 de Junho de 2015

(montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A **Imobiliária Construtora Grão Pará, S.A.** é uma sociedade anónima com sede no Edifício Espaço Chiado, sito na Rua da Misericórdia em Lisboa. Constituída por escritura pública de 23 de Novembro de 1960, o seu Capital actual é de 12.500.000 Euros, representado por 2.500.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada.

O seu objecto social, tal como definido nos estatutos, é a construção em geral, quer pública, quer particular, a compra de prédios para revenda e ainda qualquer outra actividade que lhe convenha e que a assembleia-geral delibere.

A actividade da Empresa é fortemente interdependente com a das suas principais associadas, estando centrada nos ramos imobiliário, de construção e de gestão e exploração de unidades hoteleiras.

À data de 30 de Junho de 2014 a empresa apenas explorava o restaurante - esplanada "Boteco" na praia do Paraíso, no Algarve.

A actividade das restantes associadas é muito reduzida detendo no seu património diversas fracções em Lisboa do Centro Comercial Espaço Chiado, um terreno em Vila do Bispo e na Madeira terrenos e alguns empreendimentos turísticos para venda.

A Imobiliária Construtora Grão Pará está cotada na Euronext Lisboa (anterior Bolsa de Valores de Lisboa e Porto) desde 1972.

A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Agosto de 2015.

De acordo com a legislação comercial em vigor, as contas emitidas são sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade bem como a sua posição e desempenho financeiro e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras da Imobiliária Construtora Grão Pará foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos em conformidade com o normativo em vigor.

As demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com o Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho, referem-se à actividade da empresa em termos individuais e não consolidados. A empresa preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adoptadas pela União Europeia.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respectivamente.

3.2 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

3.3 Activos fixos tangíveis

Os terrenos e edifícios são apresentados ao justo valor, com base em avaliações periódicas efectuadas por avaliadores externos independentes, menos a depreciação subsequente para os edifícios.

Os aumentos na quantia escriturada de um activo em resultado da reavaliação de terrenos e edifícios são creditados em Excedentes de Revalorização no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo activo são igualmente levadas aos excedentes de revalorização nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gastos do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do activo e a depreciação baseada no custo original desse mesmo activo é transferida de excedentes de revalorização para resultados transitados.

As immobilizações que não sejam terrenos e edifícios são inicialmente registadas ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição (reavaliadas de acordo com as disposições legais), líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os custos subsequentes que aumentem a vida útil dos activos são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável que existam benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

Os bens cuja utilização decorre de contratos de locação financeira relativamente aos quais a Empresa assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo locado são classificados como activos fixos tangíveis. Os contratos de locação financeira são registados, na data do seu início, como activo e passivo pelo menor entre o justo valor do bem locado ou do valor actual das rendas de locação vincendas.

Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos demais activos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, com se segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	20 Anos
Equipamento Básico	3-16 Anos
Equipamento Transporte	4-6 Anos
Equipamento Administrativo	3-16 Anos
Outras Imobilizações Corpóreas	3-16 Anos

Os valores residuais dos activos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Quando o valor líquido contabilístico é superior ao valor recuperável do activo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Imparidade de activos fixos tangíveis

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos fixos tangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões) " ou na rubrica "Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões) ".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Locações

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados nos resultados do exercício a que respeitam.

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais (se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.4 Investimentos financeiros

As compras e vendas de investimentos são reconhecidas à data da transacção (data em que a empresa se compromete a comprar ou vender o activo). Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor sendo os ganhos e perdas realizadas ou não realizadas decorrentes de alterações do justo valor incluídos na demonstração dos resultados do período em que surgem.

O justo valor de investimentos cotados é baseado nos preços correntes de mercado. Se não há um mercado activo para um determinado activo financeiro, a empresa estabelece o justo valor usando outras técnicas de avaliação.

Em cada data de balanço é verificado se existe evidência objectiva de imparidade de activos financeiros. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração de resultados.

Investimentos em associadas

Os Investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas do Grupo e empresas associadas, nas quais a empresa exerce influência significativa, estão registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização encontram-se provisionadas.

3.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, terrenos e edifícios detidos pela empresa para uso futuro indeterminado e pelos quais não obtém qualquer rendimento, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios, e são registados ao custo, deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As

beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

3.6 Inventários

As Mercadorias e as Matérias-primas, subsidiárias e de consumo relativas às unidades hoteleiras estão valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio. São registadas perdas por imparidade nos casos em que o custo seja superior ao valor estimado de recuperação.

As restantes mercadorias (terrenos), os Produtos acabados e intermédios e os Produtos e trabalhos em curso estão valorizados ao custo de aquisição ou, no caso de projectos, pelos custos directos incorridos pelo Departamento técnico e/ou estimativas de honorários, apuradas em 1995 e 1996, pela aplicação de tabelas de trabalhos de arquitectura e engenharia a cada uma das fases em que esses projectos se encontravam.

Foram efectuados ajustamentos aos montantes de Trabalhos em Curso (obras no Teatro Ginásio) tendo por base o critério de depreciação do activo onde os mesmos foram executadas.

3.7 Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

3.8 Instrumentos Financeiros (Activos e Passivos Financeiros)

Os activos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Clientes e outras contas a receber correntes

A maioria das vendas e das prestações de serviços é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

Fornecedores e outras contas a pagar correntes

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transacção) e valor a pagar são reconhecidos na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos doze meses após a data de balanço, sendo nesse caso classificado no passivo não corrente.

3.9 Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. As acções preferenciais obrigatoriamente remissivas são classificadas no passivo.

Quando a Empresa ou as suas filiais adquire acções da empresa-mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas ou alienadas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

3.10 Provisões, activos e passivos contingentes

São constituídas provisões sempre que a Empresa reconhece a existência de uma obrigação presente (legal ou implícita) fruto de um evento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

Estas provisões são revistas à data de balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente.

Na possibilidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantenha-se a possibilidade de afectar os exercícios futuros, a Empresa não reconhece um passivo contingente mas promove a sua divulgação.

Quando se verificam activos contingentes resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados. À semelhança dos passivos, também os activos contingentes são divulgados.

3.11 Conversão cambial

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. À data de Balanço, as dívidas de ou a terceiros resultantes dessas operações, em relação às quais não exista fixação ou garantia de câmbio, são actualizadas com base no câmbio dessa data. As respectivas diferenças de câmbio são reconhecidas como resultados do exercício.

3.12 Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor., enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respectivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.13 Eventos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

As actividades da Empresa estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco da taxa de juro.

4

4.1 Risco de crédito

A Empresa não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas para clientes com um adequado historial de crédito

4.2 Risco liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de saldos financeiros suficientes, facilidade na obtenção de fundos através de linhas de crédito adequadas. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria procura manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

4.3 Risco da taxa de juro

O risco de taxa de juro da Sociedade resulta de empréstimos a curto e longo prazo. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de taxa de juro.

5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, e detalha-se como segue:

	2015	2014
Numerário	1.311	2.270
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	249.394	(554)
Aplicações de tesouraria	250.705	1.716
Linhas de crédito de curto prazo (Nota 14)	2.000.000	2.000.000
Descobertos bancários	2.250.705	2.001.716

6. IMPOSTOS

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 23%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% sobre a parte do lucro tributável entre 1.500.000 Euros até 7.500.000 Euros, 5% sobre a parte do lucro tributável entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 7% sobre a parte do lucro tributável superior a 35.000.000 Euros.

Nos termos do Artº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – IRC a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos últimos quatro exercícios, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão, embora se considere que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 Janeiro de 2014 são reportáveis durante um período de 12 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais durante esse período.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais apurados a partir de 2012 e 2013 são reportáveis durante um período de 5 anos após a sua ocorrência.

Os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos 4 anos posteriores.

Continua-se aplicar o prazo de 6 anos para os prejuízos fiscais apurados até 2009.

Adicionalmente, a partir de 1 de Janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Impostos Diferidos

Por uma questão de prudência não foram contabilizados, no exercício, activos por impostos diferidos dado que os mesmos resultam de prejuízos fiscais e, i) actualmente não é expectável que existam lucros tributáveis disponíveis no futuro que possibilitem a sua recuperação; ii) a reversão dos impostos diferidos passivos registados não se prevê ocorrer no mesmo período fiscal.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015					
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos						
Saldo inicial	49.711	676.113	25.764	565.798	68.593	1.385.979
Aquisições						
Alienações						
Transferências e abates						
Revalorizações						-
Outras variações						-
Saldo final	49.711	676.113	25.764	565.798	68.593	1.385.979
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	49.711	676.113	25.764	565.798	68.593	1.385.979
Amortizações do exercício						-
Perdas por imparidade do exercício						-
Reversões de perdas por imparidade						-
Alienações						-
Transferências e abates						-
Outras variações						-
Saldo final	49.711	676.113	25.764	565.798	68.593	1.385.979
Activos líquidos	-	-	-	-	-	-

2014

	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros activos fixos tangíveis	Total
Activos						
Saldo inicial	282.647	1.908.474	119.403	1.102.713	245.428	3.658.666
Aquisições						-
Alienações		(1.232.361)	(12.957)	(536.915)	(176.836)	(1.959.069)
Transferências e abates						-
Revalorizações						-
Outras variações						-
Saldo final	282.647	676.113	106.446	565.798	68.593	1.699.596
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	106.149	1.847.168	116.081	1.102.713	244.927	3.417.038
Amortizações do exercício						
Perdas por imparidade do exercício						
Reversões de perdas por imparidade						
Alienações	(320)	(1.171.310)	(12.957)	(537.278)	(176.334)	(1.898.199)
Transferências e abates						
Outras variações						
Saldo final	105.829	675.858	103.124	565.435	68.593	1.518.839
Activos líquidos	176.818	255	3.323	363	-	180.758

8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Durante os exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, incluindo nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015			
	Método da equiv. patrimonial	Outros métodos		Total
	Justo valor	Custo	Total outros métodos	
Participações financeiras				
Saldo inicial	44.747.844		1.863	44.749.707
Aquisições			-	-
Alienações			-	-
Transferências			-	-
Regularizações - Método da equiv. patrimonial			-	-
Revalorizações de justo valor			-	-
Outras variações			-	-
Saldo final	44.747.844	-	1.863	44.749.707
Perdas por imparidade				
Saldo inicial			-	-
Perdas por imparidade do exercício			-	-
Reversões de perdas por imparidade			-	-
Alienações			-	-
Transferências			-	-
Outras variações			-	-
Saldo final	-	-	-	-
Activos líquidos	44.747.844	-	1.863	44.749.707

	2014				Total
	Método da equiv. patrimonial	Outros métodos		Total outros métodos	
		Justo valor	Custo		
Participações financeiras					
Saldo inicial	44.940.304		1.863	1.863	44.942.168
Aquisições				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Regularizações - Método da equiv. Patrimonial				-	-
Revalorizações de justo valor				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final	44.940.304	-	1.863	1.863	44.942.168
Perdas por imparidade					
Saldo inicial				-	-
Perdas por imparidade do exercício				-	-
Reversões de perdas por imparidade				-	-
Alienações				-	-
Transferências				-	-
Outras variações				-	-
Saldo final				-	-
Activos líquidos	44.940.304	-	1.863	1.863	44.942.168

Em 30 de Junho de 2015 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias:

	Sede	2015		2014	
		% detida	Quantia Escriturada	% detida	Quantia Escriturada
Subsidiárias:					
Autodril - S.G.P.S., SA	Lisboa	99,71%	44.220.963	99,71%	44.310.076
Comportur-Comp.P.U.Turismo,SA	Lisboa	51,60%	523.476	51,60%	627.595
Indumarmore-Ind. Marmores, Lda	Lisboa	90%	3.405	90%	2.634
Somotel - Soc. Portuguesa Motéis, SA	Lisboa	25,03%	-	25,03%	-
Compete, SA (Sem actividade)	Lisboa	89%	-	89%	-
Orplano, Lda (Sem actividade)	Lisboa	34%	-	34%	-
Turidecor, Lda (Sem actividade)	Lisboa	30%	-	30%	-
			44.747.844		44.940.304

Os saldos com empresas do grupo a 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014.

	30-06-2015		30-06-2014	
	Sald. Devedores	Sald. Credores	Sald. Devedores	Sald. Credores
Indumarmore, Lda	2.855		2.702	
Autodril - SGPS,S.A.		16.845.238		16.670.874
Compete, S.A.		4.939		4.939
Interhotel, S.A.		12.976.259		13.000.186
Matur, SA		10.034.856		10.125.667
Somotel, S.A.	7.534.524		7.534.243	
Comportur, S.A.	5.475.156		5.673.006	
Orplano, Lda		30.367		30.367
Grão-Pará Agroman, S.A.	7.264.488		7.322.024	
Orbis, Lda		37		37
Turidecor, Lda	12.963		12.963	
Perdas por imparidade	-14.832.064		-14.857.082	
	5.457.922	39.891.696	5.687.856	39.832.070
Outras partes relacionadas	3.845.281		3.840.482	

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 a rubrica “Outros activos financeiros” apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Não correntes:		
Títulos da dívida pública	5.806	5.806
	<u>5.806</u>	<u>5.806</u>

10. INVENTÁRIOS

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014, os inventários da empresa eram detalhados conforme se segue:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Não correntes:						
Mercadorias	102.686		102.686	205.510		205.510
Produtos acabados e intermédios	63.833		63.833	63.833		63.833
Produtos e trabalhos em curso	5.355.863	678.926	4.676.937	5.355.863	678.926	4.676.937
	<u>5.522.382</u>	<u>678.926</u>	<u>4.843.456</u>	<u>5.625.206</u>	<u>678.926</u>	<u>4.946.280</u>
Correntes:						
Mercadorias			-	2.339		2.339
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo			-	3.727		3.727
			-	<u>6.066</u>		<u>6.066</u>
	<u>5.522.382</u>	<u>678.926</u>	<u>4.843.456</u>	<u>5.631.272</u>	<u>678.926</u>	<u>4.952.346</u>

A rubrica de Mercadorias inclui diversos terrenos e imóveis, situados sobretudo na Madeira, valorizados ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso inclui diversos projectos desenvolvidos pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, nomeadamente:

- Os projectos para os terrenos circundantes do Autódromo, no montante de cerca de 3.738.000 euros (pertencentes à Autodril- Sociedade Imobiliária, S.A.), para permitir a viabilidade do próprio autódromo, dada a complementaridade do mesmo com a ocupação das pistas naquele recinto desportivo. Apesar da alienação da participada Autodril SI, a empresa mantém a expectativa que os actuais proprietários dos terrenos circundantes ao Autódromo FPS irão desenvolver o projecto existente e que já viu ser reconhecido o seu carácter estruturante quer pela Câmara Municipal de Cascais, quer pelo Governo.
- Os projectos na Madeira, após a conversão de terrenos turísticos em imobiliários, em virtude da ampliação do Aeroporto de Santa Catarina, no montante de cerca de 753.000 euros
Os terrenos de propriedade da Matur, continuam a aguardar que o Governo Regional cumpra um Decreto, por si próprio emitido, de Agosto de 2001, que determinava a constituição de uma servidão aeronáutica que abrange, nos termos do anexo 14 da ICAO, os terrenos propriedade da associada Matur.
Desde de Agosto de 2004 que o Governo Regional se encontra em mora face a uma obrigação legal assumida.
Na sequência foi intentada, em 2005, contra o Governo Regional da Madeira e Anam, visando a constituição de servidão Aeronáutica, incidente sobre os 17 hectares de terreno de propriedade da nossa associada Matur – e sem que, em 8 anos, tenha havido, sequer, um despacho saneador – ingressámos em juízo em outubro de 2013 com uma providência cautelar, visando não só reforçar a exigência de constituição da referida Servidão Aeronáutica como também requerer a devida indemnização pelos prejuízos resultantes da mora na sua constituição
Em 31 de Janeiro de 2014 – e 14 anos após ter sido inaugurada a ampliação da pista do Aeroporto do Funchal – foi finalmente constituída a respectiva servidão aeronáutica. Aguardamos, agora, os efeitos práticos do diploma publicado

- Em idêntica situação se encontra o projecto da Comportur, situado em Pena Furada, da autoria de Óscar Niemeyer. Não houve qualquer alteração quanto à possibilidade de associação com grupos internacionais, face ao agravamento da crise internacional, nomeadamente no sector imobiliário.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção reconhecido nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 diz respeito às mercadorias e matérias-primas consumidas nas unidades hoteleiras e é detalhado conforme se segue:

CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS

	2015			
	MP, subsid.		Outros	Total
	Mercadorias	consumo		
Saldo inicial	102.686	-	-	102.686
Compras	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-
Saldo final	102.686	-	-	102.686
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	-	-	-	-

	2014			
	MP, subsid.		Outros	Total
	Mercadorias	consumo		
Saldo inicial	108.541	3.357	-	111.898
Compras	101.297	5.976	-	107.273
Regularizações	18	(18)	-	-
Saldo final	207.849	3.727	-	211.576
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	2.008	5.588	-	7.596

VARIAÇÃO PRODUÇÃO

	2015				
	Produtos acabados		Produtos		Total
	Subprodutos	trab. curso	Outros		
Saldo inicial	63.833	-	5.355.863	-	5.419.696
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo final	63.833	-	5.355.863	-	5.419.696
Variação dos inventários da produção	-	-	-	-	-

	2014				
	Produtos acabados		Produtos		Total
	Subprodutos	trab. curso	Outros		
Saldo inicial	65.979	-	5.355.863	-	5.421.843
Regularizações	-	-	-	-	-
Saldo final	63.833	-	5.355.863	-	5.419.696
Variação dos inventários da produção	(2.146)	-	-	-	(2.146)

Perdas por imparidade

Não se registaram quaisquer alterações nas perdas por imparidade acumuladas de inventários no exercício findo em 30 de Junho de 2015.

As perdas por imparidade acumuladas de inventários ascendiam a 678.926 Euros e referem-se aos gastos com projectos de construção de um Hospital em Ponta Delgada, entregue pelo Governo Regional a outra entidade, e aos gastos incorridos com obras no Edifício Espaço Chiado, que não serão recuperáveis.

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Fontes:						
Contas a receber						
Empresas do grupo (Nota 8)	20.289.986	14.832.064	5.457.922	20.544.938	14.857.082	5.687.856
Outras partes relacionadas (Nota 8)	3.845.281		3.845.281	3.840.482		3.840.482
	<u>24.135.267</u>	<u>14.832.064</u>	<u>9.303.203</u>	<u>24.385.419</u>	<u>14.857.082</u>	<u>9.528.337</u>
Perdas:						
Contas a receber						
Outros devedores diversos	530.884	500.563	30.322	529.732	478.167	51.565
	<u>334.369</u>	<u>305.043</u>	<u>29.326</u>	<u>331.496</u>	<u>305.043</u>	<u>26.453</u>

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de clientes e outras contas a receber nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015				
	S. inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	S. final
Clientes:					-
Clientes de cobrança duvidosa	500.563				500.563
Outras contas a receber:					-
Outros devedores diversos	305.043				305.043
Empresas do grupo	14.832.064				14.832.064
	<u>15.637.670</u>	-	-	-	<u>15.637.670</u>
	2014				
	S. inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	S. final
Clientes:					-
Clientes de cobrança duvidosa	478.167				478.167
Outras contas a receber:					-
Outros devedores diversos	305.043				305.043
Empresas do grupo	14.857.082				14.857.082
	<u>15.640.293</u>	-	-	-	<u>15.640.293</u>

12. DIFERIMENTOS ACTIVOS

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 as rubricas do activo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Seguros	-	-
Limpeza, higiene e conforto	203	291
	<u>203</u>	<u>291</u>

13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos ocorridos nas rubricas de Capitais Próprios foram os seguintes:

	Capital	Acções Próprias	Prémio de Em. de Acções	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Act. Financ.	Resultado Líquido do Ex.	Total
Movimentos do 1º Semestre de 2015								
Saldo em 1 de Janeiro de 2015	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-46.688.494	42.810.342	-925.388	16.377.422
Aplicação do Resultado de 2014					-925.388		925.388	0
Resultado Líquido							-123.624	-123.624
Outros								
Realização de excedente de revalorização								
Variações dos excentes de revalorização								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações do Capital Próprio								
Saldo em 30 de Junho de 2015	12.500.000	-1.976	4.888.219	3.794.718	-47.613.882	42.810.342	-123.624	16.253.798

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014, o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era representado por 2.500.000 acções de valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido como segue:

	2015			2014		
	Nº acções	%	Valor	Nº acções	%	Valor
D.Fernanda Pires da Silva	674.112	26,96%	3.370.560	674.112	26,96%	3.370.560
Dr. Abel Pinheiro	453.044	18,12%	2.265.220	453.044	18,12%	2.265.220
Santa Filomena - SGPS, Lda	249.373	9,97%	1.246.865	249.373	9,97%	1.246.865
KB Business Corp,	99.000	3,96%	495.000	99.000	3,96%	495.000
Dr. Pedro Pinheiro	2.513	0,10%	12.565	2.513	0,10%	12.565
Autodril - SGPS, SA	440.180	17,61%	2.200.900	440.180	17,61%	2.200.900
Matur - Soc. Emp. Turisticos da Madeira, SA	83.234	3,33%	416.170	83.234	3,33%	416.170
EDEC - Edificações Económicas, SA	150.924	6,04%	754.620	150.924	6,04%	754.620
Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17%	270.795	54.159	2,17%	270.795
Invesmon Limited - Liability Company	219.229	8,77%	1.096.145	219.229	8,77%	1.096.145
Outros	74026	2,96%	370.130	74026	2,96%	370.130
Próprias	206	0,01%	1.030	206	0,01%	1.030
	2.500.000	100%	12.500.000	2.500.000	100%	12.500.000

A esta data a empresa detém 206 acções próprias, não tendo ocorrido qualquer movimento durante o exercício de 2014.

No final de 30 de Junho de 2015, o Balanço da empresa apresentava os montantes de 479.122 Euros e 3.315.596 Euros referentes à Reserva Legal e Reservas Livres, respectivamente.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Na Assembleia Geral de 29 de Maio de 2015 foi aprovada a transferência do resultado líquido do exercício de 2014 para resultados transitados.

14. PASSIVOS FINANCEIROS

Os financiamentos obtidos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2015		2014		Tipo de amortização
		Montante utilizado		Montante utilizado		
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	
Empréstimos bancários:						
Empréstimo nº 110139.0	B.E.S.	500.000	1.500.000	181.818	1.818.182	Semestral
Empréstimo nº 234206889	B.C.P.	81.467	-	112.030	-	Mensal
		<u>581.467</u>	<u>1.500.000</u>	<u>293.848</u>	<u>1.818.182</u>	

A parcela classificada como não corrente em 30 de Junho de 2015 tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2015
2016	166.667
2017	166.667
2018	166.667
2019	166.667
2020	166.667
2021	166.667
2022	166.667
2023	166.667
2023	166.667
	<u>1.500.000</u>

Hipoteca a favor do Banco Comercial Português

- Financiamento no valor de 895.000 Euros com garantia de 239.799 acções da Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A., propriedade da Autodril – S.G.P.S.,S.A. Capital em dívida á data – 81.467,04 Euros

Hipoteca a favor do Banco Espírito Santo

- Financiamento no valor de 2.000.000 Euros com garantia de fracções autónomas do Edifício Espaço Chiado de propriedade das associadas Comportur, SA e G.P.A.,SA.

Responsabilidades por garantias prestadas

Os Bancos prestaram a pedido da Empresa garantias a várias entidades no valor de 106.276,42 Euros, sendo:

N.º Garantia	Valor	A favor de
B.E.S.		
195 295	15.375,58	Instituto Emprego Formação Profissional
267 524	7.938,81	Tribunal de Trabalho
283 224	40.545,43	Tribunal Tributário 1ª Estância
309 525	28.847,73	Câmara Municipal de Lisboa
366.007	13.568,87	Grenke Renting, SA

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 as contas a pagar da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Não Corrente:		
Outras contas a pagar		
Empresas do grupo (Nota 8)	39.891.696	39.832.070
Corrente:		
Outras contas a pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	44.776	186.467
Credores por acréscimo de gastos	818.769	683.323
Outros credores diversos	8.903	3.258
	872.448	873.048

Composição detalhada em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 da rubrica “Credores por acréscimo de Gastos”:

	2015	2014
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a pagar	355.094	281.058
Serviços especializados	4.500	-
Rendas e alugueres	355.363	355.363
Contencioso e notariado	306	306
Juros bancários	103.507	46.597
	818.769	683.323

16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	6.093		12.341	
Estimativa de imposto		1.644		10.633
Retenção na Fonte	-		6.170	
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		148		1.656
Imposto sobre o valor acrescentado	4.699			1.921
Contribuições para a Segurança Social		578		100.591
	10.792	2.369	18.511	114.801

Valores em mora

A empresa não liquidou o PEC vencido no exercício a 31 de Março de 2015, no valor de 882 Euros.

17. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Venda de bens		161.255
Prestação de serviços		
Serviços de hotelaria		25.090
	-	186.345

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	8.652	17.131
Publicidade e propaganda		100
Honorários		4.350
Conservação e reparação	42	1.104
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	323	536
Material de escritório	341	314
Artigos para oferta		270
Outros	533	1.032
Energia e fluidos		
Electricidade		7.607
Combustíveis	1.295	5.276
Água		822
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	854	3.225
Transporte de pessoal		134
Serviços diversos		
Rendas e alugues	2.219	2.201
Comunicação	3.776	3.612
Seguros	823	3.698
Contencioso e notariado	763	5.018
Despesas de representação	151	9.311
Limpeza, higiene e conforto	29	1.196
Outros	883	1.355
	20.683	68.291

19. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais		52.500
Remunerações do pessoal	11.735	56.168
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos	209	45.419
Indemnizações		194.068
Encargos sobre remunerações	2.611	19.814
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	499	1.810
Gastos de acção social	1.234	2.487
	<u>16.288</u>	<u>372.265</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros Rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	765	14.111
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0	117.040
Outros		
Correcções de exercícios anteriores	1.107	229.802
Outros não especificados		9
	<u>1.872</u>	<u>360.962</u>

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 é conforme se segue:

	2015	2014
Impostos	18.752	14.407
Outros		
Correcções de exercícios anteriores	4.583	15.742
Quotizações	171	521
Multas e penalidades	1.152	35
Outros não especificados		81
	<u>24.658</u>	<u>30.786</u>

22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de Junho de 2015 e em 30 de Junho de 2014 são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros suportados		
Financiamentos bancários	60.427	60.458
Locações financeiras		
Outros financiamentos	60.427	60.458
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento	3.439	5.360
	<u>63.866</u>	<u>65.818</u>

23. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Lista dos accionistas que na data do encerramento do exercício social sejam titulares de pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital de acordo com o n.º 4 do art.º 448 do Decreto-Lei 262/86, de 2 de Setembro (Código das Sociedades Comerciais):

Fernanda Pires da Silva	674.112 acções
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro	453.044 “
Santa Filomena, S.G.P.S., Lda. (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	249.373 “
KB BUSINESS (dominada por Dr. Abel Pinheiro)	99.000 “
Autodril, S.G.P.S., S.A.	440.180 “

Número de acções próprias da Sociedade por ela detidas, de acordo com alínea c) do n.º 2 do art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais:

- A empresa possui 206 acções próprias.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Empresa é subsidiariamente responsável no empréstimo titulado pela Matur, S.A., à Caixa Geral de Depósitos, no montante de 9.975.957,94 Euros a pagar até Fevereiro de 2005. No exercício de 2009 a Caixa Geral de Depósitos instaurou uma acção executiva para cobrança de dívida.

A empresa tem ainda os seguintes processos de Contraordenação:

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 153/2000 (CT-51)

- em 23 de Agosto de 2000 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações do Hotel Apartamentos Solférias com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Esc.: 100.000\$00 a Esc.: 1.000.000.000\$00, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- Em 14 de Setembro de 2000 veio a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. responder, requerendo o pagamento voluntário da coima pelo mínimo e defendendo-se, alegando que se encontrava, ainda, a levar a cabo os trabalhos mandados executar pela Inspeção Regional de Bombeiros do Algarve.

Aguarda decisão.

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 276/2000)HT-HÁ-242)

- a) em 12 de Setembro de 2000 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações da Estalagem da Cegonha com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- b) esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Esc.: 100.000\$00 a Esc.: 1.000.000.000\$00, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- c) foi requerido, em 27 de Outubro de 2000, o pagamento voluntário da coima pelo valor mínimo e informada a Direcção Geral do Turismo que a Estalagem se encontra encerrada.

Aguarda decisão.

Direcção Geral de Turismo

Processo nº 203/2004 (HT-ET-242)

- a) em 5 de Março de 2004 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de apresentação do certificado de conformidade das instalações da Estalagem da Cegonha com as regras de segurança, emitido pelos Bombeiros;
- b) esta falta constitui contraordenação punível com a coima de € 498,80 a € 4.987,91, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- c) Em 26 de Março de 2004 foi apresentada defesa.

Aguarda decisão.

Inspecção Geral das Actividades Económicas

Processo nº 1923/04.3

- a) em 17 de Novembro de 2004 foi a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. notificada da falta de certificação do certificado de conformidade das regras de segurança, emitido pelo SNBPC, relativo ao Hotel Atlantis Sintra Estoril;
- b) esta falta constitui contraordenação punível com a coima de Euro: 500 a Euro: 5000, sendo ainda passível de sanção acessória de suspensão de funcionamento, por um período até dois anos;
- c) Em 27 de Dezembro de 2004 veio a Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A. apresentar a sua defesa;
- d) Em 28.02.2005, foram inquiridas as testemunhas apresentadas pela Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Aguarda decisão.

Lisboa, 25 de Agosto de 2015

O Técnico Oficial de Contas
Sandra Andrade – N.º 33.321

O Conselho de Administração
Dr. Abel Saturnino de Moura Pinheiro
Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro
Sr. Orlando Morazzo

Declaração Emitida nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº1 do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Fiscal da Imobiliária Construtora Grão-Pará, SA, cuja identificação e funções se indicam infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- c) O relatório de gestão, as contas e demais documentos de prestação de contas semestrais, exigidos por Lei ou regulamento, todos relativos ao exercício findo a 30 de Junho de 2015, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;
- d) O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Dra. Sandra Gomes dos Santos Rato
(Presidente)

Dra. Maria Felisbela de Sousa Noronha
(Vogal)

Dr. Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro
(Vogal)

Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.

Indicação do número de valores mobiliários emitidos pela sociedade com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo detidos por titulares dos órgãos sociais, e todas as aquisições, onerações ou transmissões reportado a 30 de Junho de 2015;

- Dr. Abel Pinheiro, detém directamente 453.044 acções. Indirectamente como representante da Soc. Santa Filomena – S.G.P.S., Lda, detém 249.373 acções e ainda como representante da Soc. KB BUSINESS CORP. detém 99.000 acções, não tendo ocorrido qualquer movimento no 1º semestre.

- Arq. Francisco Caetano de Moura Pinheiro não detém acções.

- Sr. Orlando Morazzo não detém acções.

Lista dos titulares de participações sociais qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Cód. VM, reportado a 30 de Junho de 2015:

	Nº Acções	% Capital	% de Votos
- D. Fernanda Pires da Silva	674.112	26,96	34,11*
- Dr. Abel Pinheiro (Santa Filomena, KB Business, D. Fernanda Pires da Silva e EDEC)	801.417	32,06	82,30*
- Dr. Pedro Pinheiro (Edinger Holdings LLC)	2.513	0,10	0,13
- Autodril – S.G.P.S., S.A.	440.180	17,61	0
- Matur – Soc. Emp. Turísticos da Madeira, S.A.	83.234	3,33	0
- EDEC – Edificações Económicas, S.A.	150.924	6,04	7,64*
- Herdeiros do Sr. João Paulo Teotónio Pereira	54.159	2,17	2,74
- INVESMON Limited – Liability Company	219.229	8,77	11,09

* A referida percentagem de direitos de voto deriva da circunstância de a CMVM ter considerado ser de imputar ao Dr. Abel Pinheiro os direitos de voto associados às acções detidas pela Sra. D. Fernanda Pires da Silva e da EDEC na Sociedade. O referido entendimento foi transmitido à Sociedade pelo ofício sob referência 349/EMIT/DMEI/2008/22202, datado de 19.12.2008, tendo a Sociedade oportunamente manifestado a sua não concordância quanto à interpretação realizada pela CMVM.